



No quadro da realização da SEMANA DA IGUALDADE entre 7 e 11 de Março de 2022, sob o lema *A Igualdade tem de existir | para o país evoluir!* a COMISSÃO PARA A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS – CIMH/CGTP-IN divulga seis ESTUDOS TEMÁTICOS sobre a situação da mulher no trabalho. **Este é o último.**

Já publicados:

ESTUDO 1 – Pobreza no feminino

ESTUDO 2 – Protecção social e Desemprego

ESTUDO 3 – Habitação e custo de vida

ESTUDO 4 – Emprego, desemprego e salários das mulheres

ESTUDO 5 – Natalidade, fecundidade e gozo de licenças parentais

ESTUDO TEMÁTICO 6

ESTRUTURAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS

APOIO À INFÂNCIA

Existem inúmeras carências nos equipamentos sociais de apoio às famílias, sendo a maior parte das respostas caras face aos salários auferidos pelos trabalhadores por falta de resposta pública.

Segundo o Relatório da Carta Social¹, em 2020, do total de entidades proprietárias de equipamentos e respostas sociais do continente, **só 12% eram públicas**, 59% eram IPSS, equiparadas ou outras entidades privadas não lucrativas, havendo 29% entidades privadas lucrativas.

A busca do lucro nesta vertente faz com que a maioria das entidades privadas lucrativas dirijam o seu negócio para os locais onde a procura é maior e há mais poder de compra. **Perto de metade das entidades lucrativas situa-se na Área Metropolitana de Lisboa.**

Por exemplo nas creches, o peso relativo de entidades privadas lucrativas era superior a 30% nos distritos de Setúbal, Lisboa e Porto, (respectivamente 45%, 40% e 31%), embora a nível nacional 77% das creches sejam propriedade de entidades não lucrativas, nomeadamente da chamada rede solidária (IPSS ou equiparadas).

Na educação pré-escolar² pouco mais de metade das crianças a frequentar esta resposta social em 2019/20 estavam matriculadas em estabelecimentos públicos, estando as restantes em estabelecimentos privados (incluindo entidades não lucrativas), segundo dados do Anuário Estatístico de Portugal 2020, do INE.

¹ Carta Social, Relatório de 2020, GEP/MTSSS.

² Desde os 3 anos até ao ingresso no ensino básico.

De acordo com a Carta Social, em 2020 as entidades privadas lucrativas geriam 10% do total das respostas nesta área.

As maiores carências na oferta pública e social verificavam-se na Área Metropolitana de Lisboa, sendo também esta a região onde estava concentrada a maioria da oferta privada lucrativa.

Se a taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (0-3 anos)³ aumentou de 26,7% em 2006 para 48,8% em 2020 e a taxa bruta de pré-escolarização era de 97% no conjunto do país em 2019/2020, **continuam a existir carências muito visíveis em algumas zonas do país, como no caso das creches nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (designadamente nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto) e no pré-escolar na Área Metropolitana de Lisboa.**

Nas creches imperam os horários longos e cada vez mais alargados, à medida que a desregulação dos horários de trabalho de pais e mães aumenta.

Em 2020 cerca de 87% das creches encontrava-se em funcionamento entre 10 e 12 horas por dia, sendo que 43% das crianças frequentavam as creches entre 6 e 8 horas e 45% entre 8 e 10 horas diárias.

Também as condições de trabalho dos trabalhadores a prestar serviços de apoio social em entidades da chamada economia social deixam muito a desejar. É um sector altamente feminizado, onde grassa a precariedade, longos tempos de trabalho e baixos salários, incluindo o salário mínimo nacional que tem nestas actividades uma percentagem superior à média da economia.

Considerando a Rede de Equipamentos e de Respostas Sociais na sua globalidade, verifica-se que a mesma foi enfraquecida na sua componente pública ao longo dos anos, tendo as respostas sido quase totalmente transferidas para as IPSS e entidades similares ou sendo da responsabilidade dos privados.

De acordo com dados da Conta da Segurança Social, a despesa pública com acordos de cooperação com IPSS, no âmbito das chamadas parcerias público-sociais, foi de cerca de 1,5 mil milhões de euros em 2019, representando cerca de 75% da despesa corrente em acção social e tem vindo a aumentar (perto de 12% só entre 2015 e 2019⁴), devido à actualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e ao aumento do número de utentes abrangidos por estes acordos no quadro de uma crescente desresponsabilização do Estado nesta área.

Em contrapartida, as respostas públicas por via dos estabelecimentos integrados, que estão na dependência do Instituto da Segurança Social, têm uma participação decrescente (de apenas 1,7% em 2019, quando era de 5,8% em 2009 e 7,1% em 2005), estando a despesa também a diminuir (perto de 3% entre 2015 e 2019 em termos nominais).

³ Inclui as amas licenciadas, número de que diminuído, sendo residual face ao total de crianças que usam esta resposta.

⁴ Mas recuando a 2000 o aumento é de cerca de 146%, segundo a Carta Social - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2019, GEP/MTSSS.

Despesas de Acção Social - 2015/2019

Unidade monetária: m€

Acção Social	2015		2016		2017		2018		2019		Variação (%)	
	Despesa	Peso relativo	2019/2018	2019/2015								
Acordos de cooperação	1.351.510,7	78,4%	1.380.799,6	80,0%	1.416.114,9	78,1%	1.451.217,4	76,2%	1.509.946,3	74,8%	4,0	11,7
Programas e projetos	121.026,3	7,0%	102.093,6	5,9%	94.179,3	5,2%	80.409,5	4,2%	77.995,4	3,9%	-3,0	-35,6
Transferências (Educação, CPL, outras)	110.354,7	6,4%	118.300,8	6,9%	121.569,0	6,7%	118.412,8	6,2%	122.964,9	6,1%	3,8	11,4
Outras prestações de Acção Social	83.452,8	4,8%	83.882,8	4,9%	93.691,0	5,2%	86.046,0	4,5%	90.002,7	4,5%	4,6	7,8
Estabelecimentos integrados	35.799,6	2,1%	33.174,9	1,9%	34.774,1	1,9%	34.503,3	1,8%	34.744,7	1,7%	0,7	-2,9
Projetos Sociais Co-financiados	9.632,6	0,6%	1,1	0,0%	45.359,3	2,5%	126.392,5	6,6%	171.207,5	8,5%	35,5	1.677,4
Subsídios a IPSS	11.578,2	0,7%	7.258,0	0,4%	8.402,4	0,5%	6.943,6	0,4%	12.602,1	0,6%	81,5	8,8
Outros	177,3	0,0%	1.124,4	0,1%	261,0	0,0%	261,0	0,0%	245,0	0,0%	-6,1	38,2
Total	1.723.532,1	100,0%	1.726.635,2	100,0%	1.814.351,0	100,0%	1.904.186,2	100,0%	2.019.708,6	100,0%	6,1	17,2

Fonte: Conta da Segurança Social de 2019, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social/MTSS

Ainda de acordo com a Conta da Segurança Social de 2019 “entre 2015 e 2018, foram aplicadas taxas de crescimento das comparticipações idênticas a todas as respostas sociais típicas, variando a percentagem de actualização entre 1,1% (em 2015) e 2,2% (em 2018). Contudo, em 2019, as comparticipações relativas às Creches Familiares, foram discriminadas positivamente, com um aumento de 19,0%, que compara com o aumento geral de 3,5%. No último quinquénio, os valores das comparticipações utente/mês, para as respostas sociais definidas em protocolo, cresceram 9,4% em todas as respostas sociais, excepto nas Creches Familiares, onde o aumento atingiu os 25,8%”.

Comparticipações utente/mês definidas em Protocolo dos Acordos de Cooperação com IPSS aplicáveis ao Continente - 2015/2019

Unidade monetária: €

Respostas Sociais	2015	Variação 2015/2014	2016	Variação 2016/2015	2017	Variação 2017/2016	2018	Variação 2018/2017	2019	Variação 2019/2018	Variação 2019/2015
Infância e juventude											
Creche	250,33	1,1%	253,58	1,3%	258,91	2,1%	264,61	2,2%	273,87	3,5%	9,4%
Creche Familiar (1ª e 2ª criança em ama)	187,80	1,1%	190,24	1,3%	194,24	2,1%	198,51	2,2%	236,28	19,0%	25,8%
Creche Familiar (3ª e 4ª criança em ama)	210,35	1,1%	213,08	1,3%	217,55	2,1%	222,34	2,2%	264,64	19,0%	25,8%
Creche Familiar (1 criança deficiente em ama)	375,61	1,1%	380,49	1,3%	388,48	2,1%	397,03	2,2%	472,56	19,0%	25,8%
Creche Familiar (mais de 1 criança ama, sendo 1 deficiente)	420,68	1,1%	426,15	1,3%	435,10	2,1%	444,67	2,2%	529,27	19,0%	25,8%
Centro de ATL c/ almoço	80,51	1,1%	81,56	1,3%	83,27	2,1%	85,10	2,2%	88,08	3,5%	9,4%
Centro de ATL s/ almoço	64,56	1,1%	65,40	1,3%	66,77	2,1%	68,24	2,2%	70,63	3,5%	9,4%
Centro ATL ext. horário e int. letivas c/almoço	67,46	1,1%	68,34	1,3%	69,78	2,1%	71,32	2,2%	73,82	3,5%	9,4%
Centro ATL ext. horário e int. letivas s/almoço	42,88	1,1%	43,44	1,3%	44,35	2,1%	45,33	2,2%	46,92	3,5%	9,4%
Lar de Crianças/jovens	700,00	-	700,00	0,0%	700,00	0,0%	715,40	2,2%	740,44	3,5%	5,8%
População adulta											
Lar de Apoio	697,06	1,1%	706,12	1,3%	720,95	2,1%	736,81	2,2%	762,60	3,5%	9,4%
Centro Actividades Ocupacionais	492,63	1,1%	499,03	1,3%	509,51	2,1%	520,72	2,2%	538,95	3,5%	9,4%
Lar Residencial	971,62	1,1%	984,25	1,3%	1.004,92	2,1%	1.027,03	2,2%	1.062,98	3,5%	9,4%
Lar Idosos	362,49	1,1%	367,20	1,3%	374,91	2,1%	383,16	2,2%	396,57	3,5%	9,4%
Centro de Dia	107,04	1,1%	108,43	1,3%	110,71	2,1%	113,15	2,2%	117,11	3,5%	9,4%
Centro de Convívio	52,07	1,1%	52,75	1,3%	53,86	2,1%	55,04	2,2%	56,97	3,5%	9,4%
Apoio Domiciliário	246,46	1,1%	249,66	1,3%	254,90	2,1%	260,51	2,2%	269,63	3,5%	9,4%
Acordos com cláusulas especiais		1,1%		1,3%		2,1%		2,2%			

Fonte: Conta da Segurança Social de 2019, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social/MTSS

O funcionamento das respostas sociais que compõem a rede de serviços e equipamentos sociais não lucrativos é em grande medida suportado pelo financiamento com base nos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a chamada rede solidária, mas também por outros recursos públicos, pela participação do utente e/ou dos familiares e ainda por receitas próprias das instituições.

Há poucos dados sobre os custos suportados pelas famílias dos utentes dos equipamentos da rede de serviços e equipamentos sociais.

No entanto, num estudo encomendado pela CNIS⁵ é referido que, em 2018, 33% dos rendimentos das IPSS tiveram origem em contribuições dos utentes, percentagem que tem vindo a crescer nos últimos anos. **Isso corresponde, a preços de 2019, a mais de 1,3 mil milhões de euros por ano suportados de forma directa pelas famílias.**

Grande parte do restante é financiada pela Segurança Social (37,8%), por outras entidades públicas (6,4%) e pelas autarquias (1%), despesas que poderiam ser efectuadas em equipamentos geridos pelo Estado caso existisse oferta suficiente.

No total, as necessidades de funcionamento dos equipamentos e respostas sociais que atingirão cerca de 4 mil milhões de euros anuais.

Principais componentes da estrutura dos rendimentos das IPSS

	2016	2017	2018
N.º de IPSS da amostra	553	553	518
Mensalidades	31,64%	32,76%	32,94%
Comparticipações da Segurança Social	38,94%	38,59%	37,84%
Subsídios à exploração de autarquias locais	0,82%	1,06%	0,98%
Subsídios à exploração de outras entidades públicas	6,61%	6,39%	6,44%
Contribuições voluntárias de pessoas individuais e coletivas privadas (subsídios à exploração, doações, legados e donativos)	3,00%	2,76%	3,32%
Outros rendimentos	18,99%	18,44%	18,52%

Fonte: [Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços \(2016, 2017 e 2018\)](#), CNIS

No sector privado lucrativo o financiamento fica a cargo das famílias, mas não dispomos de dados sobre as despesas efectivas.

⁵ [Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços \(2016, 2017 e 2018\)](#)

Não faz sentido que o grosso da oferta deste tipo de equipamentos não seja de propriedade e gestão públicas, devendo ficar as entidades do chamado sector social, como IPSS e outras, e as empresas com um papel meramente supletivo na oferta. **Todavia, não é isso que acontece no nosso país, fruto de políticas deliberadas de sucessivos governos que remetem o Estado para um papel menor, com resposta pública insuficiente nos equipamentos e valências mas forte apoio, por via legislativa e financeira, às IPSS e outras organizações similares.**

CRIANÇAS E JOVENS

As creches e os Centros de Actividades de Tempos Livres (CATL) constituem as principais respostas sociais. A evolução foi divergente com o aumento das creches desde 2000 enquanto se verifica a diminuição contínua dos CATL desde 2005. Dar-se-á mais relevo às creches e amas e à Educação Pré-Escolar.

As creches tiveram uma expansão significativa com um crescimento de 63% desde 2000. Em 2020 existiam 2.561. Embora a maioria pertença ao sector não lucrativo (77%), as creches privadas têm peso nos distritos de Setúbal (45%), Lisboa (40%), Porto (31%), Leiria e Faro. Acresce que os distritos de Lisboa, Setúbal e Faro é também maior a relação entre população dos 0 aos 3 anos de idade e a população total no Continente.

A taxa de cobertura (a relação entre o número de creches e de amas e as crianças dos 0 aos 3 anos) subiu até 2015 (51,1%) tendo depois declinado (48,8% em 2020).⁶ Esta diminuição pode estar relacionada com a diminuição do número de amas a qual se acentua em 2020. Neste ano há 646 amas, o que representa quase metade do número existente em 2000.

Regista-se uma redução significativa na taxa de utilização das creches e amas, a qual passa de 86% em 2019 para 83% em 2020, o que está relacionado com a epidemia. Em 2020, baixa o número de crianças a frequentar creches (a frequência foi de 98,2 mil o que representa um decréscimo de 2900 crianças face a 2019).

Educação Pré-Escolar

A Educação Pré-Escolar resulta de uma acção conjunta da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. O tratamento autónomo, distinto das respostas sociais, é devido à insuficiência de informação.

Existem 5.386 respostas de Educação Pré-Escolar no Continente, registadas na Carta, 90 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, com um total de lugares de cerca de 297 mil.

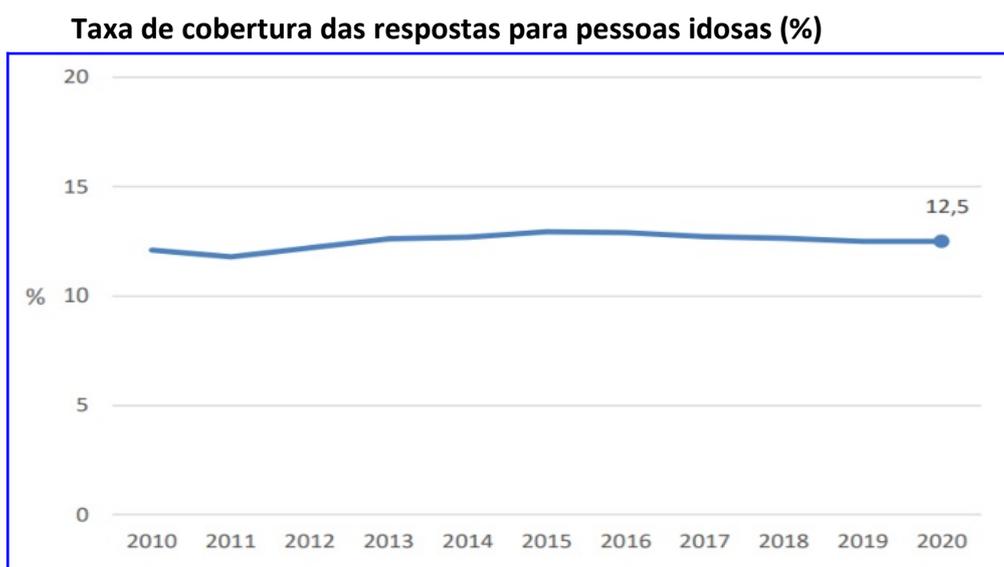
⁶ Apesar disso, Portugal tem uma cobertura acima da chamada meta de Barcelona, segundo a qual os países devem dispor de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2010, assegurarem o acolhimento de 33 % das crianças com menos de 3 anos

PESSOAS IDOSAS

Os lares⁷, os Centros de Dia e os Serviços de Apoio Domiciliário, que constituem as respostas sociais mais representativas, tiveram um forte crescimento desde 2000 (160%), sobretudo no que respeita aos lares. Esta informação limita-se a este tipo de respostas.

O total de respostas é de 7.350 e o total de lugares de 278.529. Uma parte destes lugares estão abrangidos por acordos de cooperação; é de 63% nas SAD, mas não conhecemos o valor para os lares e os Centros de Dia. Também não se dispõe da desagregação das pessoas abrangidas por tipo de resposta.

A taxa de cobertura (a relação entre os lugares existentes e a população de 65 ou mais anos) estabilizou na última década num valor que tem, em regra, variado entre os 12% e os 13%, sendo de 12,5% em 2020 e registando-se uma pequena redução na cobertura (12,9% em 2015). **A cobertura é mais elevada em concelhos do interior e mais baixa nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e no Algarve.**



Fonte: Carta Social 2020

A cobertura respeita aos lugares disponíveis e não à sua utilização. **Esta tem-se situado abaixo dos 80% desde 2013, uma realidade que não é incompatível com listas de espera nalgumas regiões do país para entidades não lucrativas.**

A crise sanitária tem consequências dramáticas com efeitos na quebra da taxa de utilização (72,5% em 2020 face a 78,1% em 2019) e nas pessoas idosas infectadas em lares (13,8%).

A Carta refere que os utentes procuram estas instituições em idades cada vez mais avançadas, o que, à partida, sugere uma melhoria nas condições de dependência. Poderá haver outros factores,

⁷ Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) na designação oficial.

como a permanência em casa de pessoas com níveis altos de dependência, mas que não têm meios económicos para se socorrerem destas respostas. **O nível de dependência é elevado nos lares onde 10% dos utentes permanecem há 10 ou mais anos.**

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

As respostas sociais dirigidas a pessoas com deficiência ou incapacidade têm como objectivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social. As duas principais respostas são os Centros de Actividades Ocupacionais (CAO) e os Lares Residenciais. **Estas respostas mais do que duplicaram desde 2000.**

O número de lugares total em todas as respostas dirigidas a estas pessoas, o que abrange, entre outras, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), é de 44.200, o que aponta para um valor da ordem de 40 mil utentes.⁸

Os CAO, equipamentos destinados a jovens e adultos com deficiência grave, são um meio muito importante para a reabilitação e a inclusão social. Dispõem de 16.089 lugares enquanto o total de lugares nas principais respostas é de 24.544.

A taxa de cobertura (a relação entre os lugares existentes e a população com deficiência) é baixa (4,2% em 2020) e sobe pouco desde 2015, apresentando valores entre 4% e 4,2%. A Carta não refere como é obtida a população com deficiência. A informação deveria ser mais detalhada porque se o número de pessoas com deficiência ou incapacidade é muito elevado (18% da população de 5 ou mais anos tinha dificuldades na realização de actividades diárias em 2011⁹) os graus de deficiência são muito diferenciados.

A distribuição territorial das respostas está bastante concentrada nos distritos do litoral. Os CAO estão sobretudo concentrados nos distritos de Lisboa e Porto, vindo a seguir Braga.

A Carta fornece informação sobre a caracterização das pessoas abrangidas. Uma parte é relativamente jovem. O escalão etário mais representativo dos CAO e lares, incluindo as residências autónomas, é o dos 35 aos 49 anos. O mesmo já não acontece com os utentes dos SAD, que têm uma idade mais avançada.

Parte dos utentes tem níveis de deficiência ou de incapacidade profundos se atendermos a que o tempo de permanência em CAO e lares residenciais excede os 15 anos para um terço, ou perto de um terço, dos utentes (34% e 27%, respectivamente).

12 Abril 2022

⁸ Não se dispõe do valor exacto, mas tem-se em conta que a taxa de utilização das principais respostas é de 91,7%.

⁹ Segundo os Censos de 2011.